



## ENTRE ISLAMISTAS E MILITARES: O PAPEL DA INCERTEZA NO 15 DE JULHO DE 2016, NA TURQUIA

**Tiago Valêncio de Melo**

Mestrando do Programa  
de Pós-Graduação em  
Ciência Política da  
Universidade Federal de  
Goiás (PPGCP-UFG);  
Bacharel em Relações  
Internacionais pela  
Universidade Federal do  
Pampa, UNIPAMPA  
(2016). Email:  
tiagovalencio@hotmail.  
com

**Resumo:** A presente análise objetiva compreender o motivo que levou a participação popular turca, em defesa do governo de Erdogan, em julho de 2016. A estrutura do artigo divide-se em duas seções: primeiramente, realiza-se uma breve revisão bibliográfica da matriz teórica formulada por Anthony Downs em *Uma Teoria Econômica da Democracia*, de modo a se compreender como o fator da incerteza no meio político influi nos mecanismos de atuação dos agentes; posteriormente, a segunda debruça-se de forma direta sobre o objeto. Realizando-se primeiramente uma análise do processo e dos princípios que norteiam a formação da Turquia moderna, bem como o proeminente papel das forças armadas em seu panorama político. Em seguida, é apresentada a trajetória de Erdogan e do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), desembocando nos acontecimentos de 2016. A hipótese do trabalho apresenta a ideia de que: frente a um cenário de incerteza – em função do golpe e a possibilidade do regime de Erdogan – a população turca optou por se posicionar ao lado de um partido que apresentava ações confiáveis e responsáveis, em relação a seus interesses.

**Palavras-Chave:** Erdogan; Turquia; 15 de Julho; Incerteza; AKP; Golpe de Estado.

**Abstract:** The present analysis aims to understand why the Turkish population went on in defense of Erdogan's government on the 2016 coup attempt. The structure of the article is divided into two sections: first, a brief bibliographical review of the theoretical concepts formulated by Anthony Downs in *An Economic Theory of Democracy*, in order to understand how the uncertainty in the political environment influences perception and mechanisms of action of the agents; later, the second section deals directly with the object. First, by making an analysis of the modern Turkey guiding principles and the central role of the military in its political landscape. Then an overview on the trajectory of Erdogan and the AKP party is presented. The hypothesis of the paper presents the idea that: faced with a scenario of uncertainty - due to the coup scenario - the Turkish population took the side of a party that presented reliable and responsible actions in the past, according to their interests.

**Keywords:** Erdogan; Turkey; July 15; Uncertainty; Coup.



## 1. Introdução

Na noite de 15 de julho de 2016, sons atípicos tomavam as ruas das maiores cidades turcas. Caças, tanques e unidades militares começavam a dominar a paisagem dos centros urbanos. A Turquia, mais uma vez, assistia a cenas de um golpe militar. Desta vez, o alvo seria o regime do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP, Adalet ve Kalkınma), liderado pela carismática figura do ex-prefeito de Istambul Tayip Erdogan, no poder desde 2003.

O Islamismo Político do Partido da Justiça e Desenvolvimento aparentava antagonizar os tradicionais valores da Turquia Moderna. Criada das cinzas do Império Otomano, sob a liderança de Kemal Atatürk, a república turca se orgulhava de seu caráter secular, modernizador e dedicado a ocidentalizar a nação turca, em um projeto nacionalista inspirado nas revoluções liberais do século XVIII. É dentro deste cenário que o exército turco emerge como um ator político, com a função de protetor dos valores seculares da nova, moderna e ocidental democracia turca.

Já a plataforma política de Erdogan, e do AKP, apresentava uma proposta de restauração dos valores e morais religiosos, vistos pela base islamista como intrínsecos a sociedade turca. Não obstante, os impactos da crise econômica e o descrédito das velhas elites políticas kemalistas criavam o vácuo de poder e as condições necessárias para catapultar o novo partido a posição de liderança na política turca.

Uma vez instalado em Ancara, Erdogan habilmente conduziu o país a anos de prosperidade e recuperação econômica. O regime do AKP aliava o sucesso no combate ao binômio desemprego-inflação com políticas de maior liberdade religiosa e também para minorias étnicas. Em 2014, após mais de uma década no poder do país, Erdogan vencida a eleição presidencial, sua nona vitória consecutiva em pleitos

Contudo, se mais uma vitória política do partido – que obteve maioria das votações em todas as eleições desde sua criação – parecia referendar a aprovação popular ao regime islamista, isto aumentava o antagonismo entre o partido e as tradicionais castas político-militares. A nova proposta do AKP, de se desenvolver um presidencialismo de fato e fundamentado na figura de Erdogan, ampliava o sentimento de que as bases tradicionais da república turca estavam ameaçadas.

Em julho de 2016, o regime islamista esteve às vias de sua extinção. Após obter o poder durante algumas horas, a junta militar responsável pela tentativa de golpe acabou derrotada em uma noite de confrontos e que envolveu ampla participação popular. Foram, ao todo, 249 pessoas mortas em Istambul, durante o conflito, a mais violenta tentativa de golpe em toda a história do país.

A seguinte análise apresenta como objetivo compreender o porquê de tão intensa participação popular, por parte da sociedade turca e em defesa do regime de Erdogan. Neste sentido, utiliza-se como instrumento para análise o princípio da incerteza desenvolvido por Anthony Downs, em sua obra

*Uma Teoria Econômica da Democracia*. A proposta do trabalho parte, então, do seguinte questionamento: Qual foi o motivo que levou a sociedade turca a agir de maneira tão intensa contra a tentativa de golpe, em 15 de julho de 2016?

Propondo-se a responder tal pergunta, este se divide então em dois momentos distintos:

Primeiramente, se apresenta uma breve discussão acerca do papel da incerteza no comportamento dos partidos políticos e eleitores, tendo como eixo principal a obra de Anthony Downs, como afirmado anteriormente; já em sua segunda e derradeira seção, a proposta da análise é a de se apresentar o cenário político turco na ocasião da tentativa de golpe, através de uma breve análise do processo de construção da República Turca e a ascensão do AKP dentro de tal contexto. Neste sentido, busca-se estabelecer uma relação entre a atuação política do partido, as bases da república turca e o caráter religioso de sua população.

A metodologia utilizada consiste majoritariamente em uma abordagem qualitativa. Para tal, é empregado o uso do método histórico-descritivo e analítico como instrumento de análise do objeto em questão – a reação popular a tentativa de golpe na Turquia – também é realizada uma breve revisão bibliográfica referente ao aspecto teórico do trabalho.

No que tange o uso das fontes, a análise se fundamenta na utilização de recursos secundários – em virtude da impossibilidade de acesso a documentos e demais recursos primários, pela proximidade em relação ao objeto de estudo.

Neste sentido, a hipótese apresentada é a de que diante de um cenário de incerteza, e com a percepção de que os anos anteriores do regime do AKP haviam apresentado ganhos concretos a seu bem-estar, os turcos optaram por sair em defesa da manutenção do governo, como escolha maximizadora de sua utilidade neste momento específico.

## **2. Modelo de Downs e o papel da incerteza no meio político**

Em *Uma Teoria Econômica da Democracia*, Anthony Downs apresenta uma proposta de modelo teórico, com a finalidade de se estabelecer uma análise do comportamento de partidos e eleitores, no meio político. O desenvolvimento do autor aproxima o comportamento do indivíduo na política e o do consumidor no mercado – ou seja, no meio econômico (TELLES *et al.*, 2009; ANTUNES, 2008).

Downs busca, portanto, estabelecer uma reunificação entre as abordagens política e econômica (STRAPAZZON e TRAMONTINA, 2015). A hipótese apresentada pelo autor se fundamenta na ideia de que os atores envolvidos no meio político agem sempre no sentido de maximizar sua maior utilidade, ou seja, tomam decisões com base em seus interesses pessoais e bem-estar.

As implicações de tal hipótese levam ao axioma de que partidos e eleitores no modelo

Downsiano agem sempre de maneira racional, isto é: “as pessoas são racionais e agem intencionalmente, calculando os custos e os benefícios de cada ação antes de decidirem, maximizando seus ganhos” (OLIVEIRA, 2012, p. 108).

Partidos buscam a maximização de votos e de seu poder político, como um meio orientado para uma devida finalidade: vencer as eleições e gozar do aumento no prestígio, poder e renda que acabam por resultar da obtenção de cargos públicos (DOWNS, 1957; SCHEEFFER, 2013). Já o Governo, na perspectiva Downsiana, também age como um maximizador de utilidade, podendo ser definido como “uma instituição controlada por homens racionais e auto-interessados” (STRAPAZZON e TRAMONTINA, 2015, p. 122)

Por sua vez, os indivíduos agem, através da participação nas eleições, no sentido de buscar conduzir os partidos a formularem linhas de ação que correspondam a seus desejos e ideais, para desta maneira maximizar a utilidade de seu voto (ANTUNES, 2008; STEFFENS, 2012).

Contudo, deve-se ressaltar uma variável elementar no modelo proposto por Downs: os partidos políticos e eleitores não dispõem da totalidade de informações dentro do meio político e, portanto, não são capazes de calcular precisamente os custos envolvidos em cada escolha ao qual são submetidos.

A falta de informações completas sobre as quais basear decisões é uma condição tão básica para a vida humana que influencia a estrutura de quase todas as instituições sociais. Na política, especialmente, seus efeitos são profundos (DOWNS, 1957, p. 139, tradução da autora)<sup>1</sup>

A impossibilidade de se obter uma fonte completa de informações faz com que as ações dos atores passem a ser pautadas pelo aspecto da incerteza, sendo esta “fundamental para compreendermos a relação entre funções de utilidade dos eleitores e a determinação das ações governamentais” (STEFFENS, 2012, p. 145). A incerteza, portanto, se refere a ausência de um conhecimento seguro acerca do fluxo e do curso de acontecimentos (DOWNS, 2013; PORCAYO e BARAJAS, 2013).

A ausência de um canal de informações confiável e acessível traz à tona uma nova dinâmica no modelo de Downs. Frente a impossibilidade de se obter informação a um custo aceitável, os eleitores buscam mecanismos para reduzir tal custo de obtenção, empregando intermediários – como os líderes e agentes de persuasão – ou ideologias, como um espectro auxiliar na análise de eventos políticos (HINDMOOR, 2005)

Na perspectiva do autor, o desenvolvimento de ideologias representa um “atalho”, um filtro que possibilita ao indivíduo poupar tempo e maximizar a redução do custo do processo de obtenção de informações. Ao mesmo tempo, as ideologias também possibilitam aos partidos políticos transmitirem

---

<sup>1</sup> “Lack of complete information on which to base decisions is a condition so basic to human life that it influences the structure of almost every social institution. In politics especially, its effects are profound.”

de maneira mais eficiente suas ideias para a massa de eleitores, funcionando como um instrumento de captação de votos (PORCAYO e BARAJAS, 2013).

Outro aspecto, diretamente relacionado as condições de incerteza, diz respeito a confiança depositada pelos eleitores nas ações dos partidos políticos. Na perspectiva apresentada pelo modelo downsiano, partidos políticos devem desenvolver uma linha de ação que seja coerente com sua ideologia e apresente dois princípios: Responsabilidade e Confiabilidade (HINDMOOR, 2005).

[...] a ideologia de um partido deve ser coerente ou com (1) suas ações em períodos eleitorais anteriores, ou com (2) suas declarações na campanha precedente (incluindo sua ideologia), ou com (3) ambos. [...] um partido é confiável se suas afirmações de política no começo de um período eleitoral – inclusive aquelas em sua campanha eleitoral – puderem ser usadas para fazer previsões precisas a respeito de seu comportamento [...] um partido é responsável se suas políticas num período são coerentes com suas ações num período precedente, isto é, se não repudia pontos de vista anteriores na formulação de seu programa (DOWNS, 2013, p. 123-125)

Em síntese, a análise apresentada permite inferir que em um cenário onde se predomina as condições de incerteza, indivíduos – agindo na condição de eleitores e/ou agentes políticos – agem no sentido de reduzir o custo de se obter informações e desenvolver mecanismos de previsão das ações futuras. Tal processo tem por finalidade estabelecer um elevado “nível de confiança” no processo de tomada de decisões, visando a maximização de seu bem-estar (DOWNS, 2013)

Desta forma, o modelo de Downs apresenta a perspectiva de que os eleitores se baseiam tanto em ideologias – que permitem a redução do custo de obtenção da informação – como na análise do comportamento dos partidos políticos, que devem apresentar responsabilidade e confiabilidade em suas ações, permitindo ao eleitor projetar os impactos de suas possíveis ações futuras em seu bem-estar.

Na subsequente seção do ensaio, serão brevemente evidenciadas as dinâmicas da tentativa de golpe na Turquia, em 2016, bem como elementos referentes a trajetória do regime de Erdogan e do AKP. Neste sentido, pretende-se estabelecer uma análise dos turbulentos acontecimentos da noite de 15 de julho, utilizando-se a teoria de Downs e sua perspectiva acerca da incerteza como arcabouço para compreensão dos desfechos na Turquia.

### **3. Da ascensão ao golpe: a trajetória da AKP**

O fim da Primeira Guerra Mundial sepultava o Império Otomano, que por longos séculos havia existido com profundas raízes religiosas em seu cotidiano político. Em 1923, das cinzas otomanas, surgia a República da Turquia. O movimento nacionalista, que deu origem ao núcleo político do novo Estado, tinha como principal líder Kemal Atatürk.

A Turquia passava a ser liderada por um regime que desencadeou um processo de modernização, secularização e homogeneização da população. A grande importância conferida ao

princípio do secularismo – advogando pela separação total entre as esferas religiosa e política no Estado turco – pronunciava uma brusca ruptura com as tradicionais bases religiosas do antigo Império. A tentativa de se construir um novo Estado-Nação, fundamentado nas ideologias ocidentais, apresentava um enorme contraste com a política amplamente confessional de Istambul durante os anos do Sultanato (FERNANDES e CARVALHAIS, 2018; KOCAMANER, 2015).

Quanto aos princípios de Atatürk, o kemalismo é essencialmente a ideologia oficial da Turquia. Ele coletou principalmente seus pensamentos revolucionários da Revolução Francesa e moldou-os de acordo com a nação turca. Esses princípios consistem em seis sub-ideologias e representam seis flechas: republicanismo, populismo, secularismo, reformismo, nacionalismo e estatismo (VURMAZ, 2017, p. 16, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Sob a tutela modernizadora de Atatürk, a República Turca não mais olhava para seu passado otomano com orgulho do vasto império que se estendia da Península Árabe e do Levante, até os Bálcãs. Ou mesmo de seu caráter intrinsecamente religioso. Pelo contrário, as bases históricas do antigo califado passavam a ser vistas com repúdio, identificadas como as fragilidades e os defeitos que quase conduziram ao esfacelamento do poderio turco após a Primeira Guerra.

Estabeleceu-se então uma enorme mudança política, social e mesmo econômica, em que o Império Otomano, um califado islâmico, dava espaço para uma república nacional secular. Esse período é conhecido como o da “Luta Nacional” e foi quando se deu o desmantelamento de instituições prévias e a criação de outras novas. [...] seu objetivo era criar uma nação moderna, nos moldes ocidentais, que se impusesse sobre as cinzas de um Estado tido como corrupto, decadente e atrasado, como era visto o Império Otomano em sua fase final. (SOCHACZEWSKI, 2018, p. 74)

Neste sentido, a perseverança e o grande esforço empreendido por Atatürk em expurgar a religião da cena política e torna-la um “assunto privado” – até mesmo criminalizando a reprodução pública de símbolos religiosos e banindo o uso do véu – pode ser apontado como a grande contradição na fundação da república moderna turca (AKTURK, 2017). Tal processo ganharia ainda mais força em 1924, com a extinção formal da instituição do califado islâmico e se reafirmaria em 1928, com a revogação constitucional do status do Islã como religião oficial do Estado Turco (SOCHACZEWSKI, 2018). Os anos subsequentes, de amplo domínio das elites kemalistas, e a crescente marginalização do fator religioso – e também de minorias étnicas, como os curdos – conduziram o surgimento um emergente sentimento anti-secularista no país (VURMAZ, 2017).

Não obstante a “luta” contra o elemento religioso dentro de sua própria sociedade, a Turquia

<sup>2</sup> “As for Atatürk’s principles, Kemalism is essentially the official ideology of Turkey. He mostly collected his thoughts and revolutionist mind from the French Revolution and shaped them according to the Turkish Nation. These principles consist of six sub-ideologies and depict six arrows: Republicanism, populism, secularism, reformism, nationalism, and statism”

moderna também conferia amplos poderes e importância a suas forças armadas, tornando-as o principal sustentáculo de seu poder (BURAK, 2011). A estas, caberia o posto de guardiões do secularismo e dos valores da nova república (YAZICI, 2016). Como aponta Matos (2013) estes princípios acabariam por ser internalizados como inerentes a própria estrutura militar da nova Turquia, a morte de Atatürk catapultaria as Forças Armadas Turcas (TAF, Turkish Armed Forces) a uma proeminência na atuação política.

[...] os militares passaram a se identificar como guardiões da herança Kemalista. Portanto, tais princípios tornaram-se seus principais valores e as Forças Armadas Turcas acreditavam na necessidade de sua proteção. De fato, a democracia não era um deles, o que se mostraria um ponto de grande relevância. [...] Após a morte de Mustafa Kemal, as TAF reforçaram sua percepção de guardiões da República Turca e dos princípios Kemalistas, passando a utilizar tal argumento para legitimizar seu envolvimento político (MATOS, 2013, p. 10, tradução da autora)<sup>3</sup>.

Desde o estabelecimento da Turquia moderna, golpes militares tornaram-se uma ocorrência frequente na trajetória política do país, sempre sustentados pelo mesmo argumento legitimador: a defesa dos ideais seculares e democráticos kemalistas (YAYLA, 2017; MATOS, 2013).

Neste sentido, Burak (2011) apresenta uma frutífera análise do papel das forças armadas em tais momentos de ruptura da ordem política, ocorridos majoritariamente entre 1938 – ocasião da morte de Atatürk – e 2001, ano que marca a ascensão do AKP ao poder. Segundo o autor estas se deram de duas distintas maneiras: Por meio de um “Regime de Veto” onde as forças armadas não executam uma participação direta, mas por meio de sua autoridade constroem o processo de tomada de decisão em defesa do *status quo*; e por meio de um “Regime de Guarda”, quando estas intervêm diretamente, utilizando o argumento de que seria necessário “limpar a bagunça feita por políticos civis” (BURAK, 2011, p. 156, tradução nossa). O autor aponta como exemplos do primeiro caso os golpes de 1960 e 1980, enquanto os de 1971 e 1997 se enquadrariam no segundo.

Tendo apresentado as bases e os princípios que fundamentam a existência da República Turca – bem como os princípios basilares do papel exercido por suas forças armadas dentro do contexto político – a segunda etapa desta seção debruça-se sobre a trajetória política do AKP e sua proeminência na política turca durante o século XXI, que culminam nos acontecimentos de julho de 2016.

Em 2001, as perspectivas para a Turquia eram preocupantes. O país enfrentava uma profunda crise econômica, com uma galopante inflação e crescimento das taxas de desemprego (YESILADA, 2016). Dentro deste cenário – de crise e com o sempre presente espectro de uma possível intervenção

<sup>3</sup> “[...] the military started to perceive themselves as the guardians of the Kemalist heritage. Thus, those principles became the main values the Turkish Armed Forces believed it needed to protect. In fact, democracy wasn’t one of them, which proves to be a point of great relevance. [...] After Mustafa Kemal’s death, the TAF reinforced their perception as guardians of the Turkish Republic and the Kemalist principles; and they used this argument to legitimise their political involvement.”

militar – surge um novo partido, oriundo do movimento islamista: o AKP e sua mais proeminente figura, Tayip Erdogan (FERRERUELA, 2017). O partido se aproveitava de uma sólida base de apoio, deixada por seus antecessores, e assinalava propostas que pareciam responder aos anseios de desenvolvimento e paz do povo turco (YESILADA, 2016; KOCAMANER, 2015). O AKP, portanto, se alimentava dos dois vértices que haviam se tornado a fragilidade do sistema político turco: a inabilidade em apresentar respostas e resultados no combate à crise econômica e o antagonismo de seu caráter secular, frente a uma esmagadora maioria muçulmana.

Logo em suas primeiras eleições, em 2003, o AKP obteve a maioria dos votos e, por consequência, o direito de formar o governo. A surpreendente vitória de um partido islâmico, em meio à fortemente secularizada república Kemalista, revela os impactos da crise econômica na percepção da população turca e seus anseios por uma nova alternativa.

Embora o AKP se apresentasse como um partido democrático e capaz de combater os desafios econômicos do país, grande parte de seu sucesso eleitoral pode ser atribuído à afinidade, por parte da população turca, com as bases religiosas do partido (FERRERUELA, 2017). O AKP configurava um novo elemento na política turca, algo distinto dos velhos partidos, formados nas bases da república secular de Atatürk e que confrontavam o caráter inerentemente religioso da população turca. Aos poucos, as elites kemalistas passavam a serem vistas como culpadas pela crise e recessão enfrentadas por Ankara, abrindo caminho para o sucesso de Erdogan nas urnas.

O custo da crise e a reestruturação econômica turca foram significativos. O PIB caiu 8,5% em 2001, enquanto a inflação subiu para 86%, e a necessidade de financiamento do setor público saltou para 19,6% do PIB. Aos olhos do público, a velha guarda era culpada de má administração profunda. Os eleitores mostraram sua frustração nas eleições nacionais de 2002. O único outro partido que conseguiu derrubar o patamar de eleição de 10 por cento foi o social-democrata Partido Republicano (Cumhuriyet Halk Partisi), que não fazia parte do governo de coalizão anterior (YESILADA, 2016, p. 21, tradução da autora) <sup>4</sup>.

Nos anos seguintes, o governo do AKP e a popularidade de Erdogan se consolidaram de maneira hegemônica no ambiente político. Aliado ao carisma de seu principal líder, o partido gozava de amplo sucesso em seu processo de recuperação econômica e estabelecimento de uma melhor relação com suas minorias. O governo islamista despertava sentimentos de identificação, ao resgatar ao povo turco sua religião, seu desenvolvimento econômico e fazendo com que os cidadãos, outrora considerados de segunda classe, se sentissem integrados a sociedade (AKTURK, 2017).

Embora o partido apresentasse grande prestígio tanto dentro de suas fronteiras, quanto externamente, o governo do AKP ainda encontrava oposição em setores leais aos princípios seculares

<sup>4</sup> “The cost of the crisis and economic restructuring for the Turkish economy was significant. GNP fell by 8.5 percent in 2001 while inflation rose to 86 percent, and the public sector borrowing requirement jumped to 19.6 percent of GDP. In the eyes of the public, the old guard was guilty of profound mismanagement. Voters took out their frustration at the national elections of 2002. The only other party that managed to clear the 10 percent national election threshold was the social democratic Republican Peoples Party (Cumhuriyet Halk Partisi) which was not part of the previous coalition government.”



de Atatürk. As principais críticas emergiam do exército, o tradicional guardião da república turca. O regime de Erdogan colecionava atritos com oficiais e recebia críticas da oposição, classificando o partido como incompatível com os preceitos de uma Turquia secular (AYLA, 2017).

Tal cenário – de embate entre as alas tradicionais kemalistas e o regime do AKP – acaba por se acentuar após 2013. Tendo consolidado a recuperação econômica e colocado o país em um cenário de prosperidade econômica, o partido passou a estabelecer como principal meta uma mudança no sistema político do país. Após sua saída do cargo de Primeiro-Ministro – em 2013, após seu segundo mandato – Erdogan disputou e venceu as eleições presidenciais de 2014, para um cargo que até então apresentava poderes meramente consultivos. O discurso do governo passava a ser pautado pelo slogan de uma “Nova Turquia”. Oportunamente, após suas vitórias nas eleições presidenciais, Erdogan anunciava seu projeto de renovar o país.

Durante a sua visita ao mausoléu de Mustafa Kemal Atatürk [...] Erdoğan declarou: “Com o primeiro presidente eleito pelo povo a assumir o cargo, hoje é o dia em que a Turquia se ergue das cinzas. É o dia em que o processo para construir a Nova Turquia ganha força.” Nos últimos dois anos, Erdoğan e outros políticos do AKP têm usado o slogan “Nova Turquia” na maioria de seus comícios públicos e entrevistas de TV, para descrever as mudanças introduzidas durante o governo de doze anos do governo do AKP em exercício (KOCAMANER, 2015, p. 1, tradução nossa) <sup>5</sup>.

A estratégia do partido apresentava um claro contorno: apostar todas suas fichas na popularidade e liderança de Erdogan (SEUFERT, 2014; YESILADA, 2016). O AKP passava, então, a buscar os mecanismos legais para estabelecer um presidencialismo de fato na Turquia, rompendo com a ordem política outrora estabelecida e dando a seu principal líder a oportunidade de renovar seus mandatos como comandante executivo.

Em seu discurso de 27 de agosto agradecendo aos delegados após sua eleição como líder partidário, Davutoğlu definiu como objetivo imediato do partido alcançar uma maioria de dois terços nas eleições parlamentares de junho de 2015, o que permitiria ao partido e seu governo propor emendas a constituição. O principal objetivo aqui diz respeito à introdução de um sistema presidencial. O fato de que Davutoğlu define esse objetivo, de trabalhar para enfraquecer tanto o parlamento dominado pelo AKP quanto seu próprio governo, em benefício do presidente Erdoğan, diz muito sobre o equilíbrio de poder entre o primeiro-ministro e o presidente (SEUFERT, 2009, p. 5, tradução da autora) <sup>6</sup>.

<sup>5</sup> “During his visit to the mausoleum of Mustafa Kemal Atatürk [...] Erdoğan declared, “With the first popularly elected president taking office, today is the day that Turkey rises from its ashes. It is the day the process to build the New Turkey gains strength.” For the past couple of years, Erdoğan and other AKP politicians have been using the slogan “New Turkey” in most of their public rallies and TV interviews to describe the changes introduced during the twelve-year rule of the incumbent AKP government.”

<sup>6</sup> “In his speech of 27 August thanking delegates after his election as party leader, Davutoğlu set the party an immediate goal of achieving a two-thirds majority in the June 2015 parliamentary elections, which would allow the party and its government to amend the constitution as it pleased. The primary objective here concerns the introduction of a presidential system. The fact that Davutoğlu sets this objective, working to weaken both the AKP-dominated parliament and his own government, to the benefit of President Erdoğan, says a great deal about the balance of power between prime minister and president.”

Os ataques ao governo tornaram-se mais intensos. A proposta do partido era anunciada pela oposição como um ataque direto às bases institucionais que tornaram a Turquia um centro de estabilidade democrática, em um turbulento e volátil Oriente Médio. Não obstante, o regime do AKP havia obtido sucesso em reduzir a influência do exército no meio político (KOCAMANER, 2015), outro fator que pode ser apontado como um agravante dos sentimentos de hostilidade das forças armadas, frente ao regime islamista.

No dia 15 de julho de 2016, cenas de um filme repetido pareciam acontecer nas principais cidades da Turquia. Com o cair da noite, caças sobrevoavam Ankara e Istambul, enquanto tanques obstruíam a ponte sobre o Bósforo. Até mesmo uma tentativa de assassinato a Erdogan foi realizada. Estava anunciado o que poderia ter vindo a ser mais um golpe na turbulenta história turca.

Em anúncio público, o “Peace at Home Council” apresentava seu manifesto em transmissão ao vivo, pelos televisores do país. Mais uma vez, cenas repetidas. A justificativa dada era a defesa dos ideais fundadores, uma tentativa de conquistar o apoio das alas opositoras ao regime islamista do AKP (AYLA, 2017).

Por algumas horas, a manobra parecia consolidada. Contudo, com auxílio da mídia local – mais especificamente, o braço turco da rede CNN – Erdogan foi capaz de transmitir em rede nacional um pedido ao povo turco, de que combatesse uma tentativa de golpe e ameaça a democracia. O apelo do carismático líder foi crucial, impulsionando a participação popular em movimentos de resistência que começavam a se organizar nas principais cidades turcas (CHAK, 2017; YAZICI, 2016). Ao fim do dia, o golpe acabava por ruir e o AKP era mantido no poder em Ankara,

Mas, porque diferente de tantos outros líderes turcos, Erdogan conseguiu sobreviver a uma tentativa de golpe? Ayla (2017) aponta que o grupo por trás do movimento falhou em identificar duas importantes características do regime do AKP: a liderança carismática de Erdogan e o desenvolvimento social-econômico obtido pela população turca durante o período.

O país teria passado por uma “revolução silenciosa”, no período de 2002 e 2013, durante o governo de Erdogan. As políticas adotadas pelo partido – como a derrubada da proibição do véu e o diálogo mais aberto com as minorias curdas – romperam com o processo segregacionista institucionalizado nos preceitos kemalistas, que marginalizava a participação da maioria religiosa e de minorias étnicas (AKTURK, 2017).

O fato é que o regime de Erdogan e do AKP foi salvo em função do ímpeto do povo turco (AYLA, 2017; MIS, 2017; CHAK, 2017). Mis (2017), em sua pesquisa acerca do comportamento popular durante o golpe, apontam as quatro principais razões que levaram os turcos a saírem as ruas, em defesa do presidente eleito:

As descobertas revelam que quatro critérios principais desempenharam um papel fundamental para as pessoas tomarem as ruas naquela noite: 1. Amor ao país e à nação; 2. O convite de Erdoğan no Facetime para as pessoas saírem às ruas; 3. O anúncio da oração de sala nas mesquitas [durante o período otomano, as orações da sala foram reunidas para uma ocasião especial, especialmente para anunciar tempos difíceis durante as guerras]; e 4. Reação contra o comunicado de golpe lido sobre TRT, a posição anti-golpe e a memória coletiva e social dos golpes passados. (MIS, 2017, p. 109).<sup>7</sup>

Com isso, explicitam-se os motivos que levaram o povo turco a defender o regime do AKP, na noite de 15 de julho. Os aspectos apontados na análise permitem inferir que uma maioria da população turca, outrora marginalizada politicamente – como, por exemplo, a população muçulmana e minorias étnicas – percebe um aumento no seu bem-estar durante o regime do partido.

O período de 15 anos que separa a ascensão do AKP e a tentativa de golpe em 2016 foram marcados por um amplo desenvolvimento econômico e reconquista de credibilidade por parte da Turquia, fatores que haviam sido profundamente abalados durante a crise econômica de 2001. Não obstante, medidas populares do regime de Erdogan, como a suspensão do veto ao uso do véu islâmico e as medidas de aproximação com as minorias étnicas ajudaram no processo de estreitamento dos laços entre o partido, a maioria religiosa do país e cidadãos outrora considerados de segunda classe – que atingiram notáveis índices de mobilidade social, durante o regime islamista.

Neste sentido, confrontada com um cenário de incerteza – onde um regime favorável aos seus interesses poderia ser deposto – a população turca agiu no sentido de defender o regime de Erdogan, culminando na derrota do movimento militar e manutenção de um fortalecido AKP no poder.

#### 4. Conclusões

A análise desenvolvida acerca da trajetória política de Erdogan e do AKP – considerando do surgimento do partido e sua vitória nas eleições em 2003, até a ocorrência da tentativa de golpe, em 2016 – permite estabelecer uma relação com os preceitos desenvolvidos por Anthony Downs e apresentados na etapa inicial do trabalho.

O AKP surge e se fortalece em meio a um cenário de grave crise e intensificação da incerteza. A população turca sofria com as chagas do desemprego e altas taxas de inflação. Não obstante, os responsáveis por tão incômoda situação aparentavam ser as velhas elites políticas e o *establishment* que ainda se sustentava no poder fazendo uso do discurso de “defesa dos ideais de Atatürk”.

A incerteza gerada pela crise e falta de representativa política gera, portanto, as bases para que o partido desenvolva uma ideologia que corresponda aos anseios da população. Nesse sentido, o

<sup>7</sup> “The findings reveal that four major criteria played a key role for people to take to the streets on that night: 1. Love of country and nation, 2. Erdoğan’s invitation on Facetime to the people to take to the streets 3. Sala prayer announced from the mosques [during the Ottoman period, sala prayers were called to gather for a special occasion, especially to announce difficult times during wars] and 4. Reaction against the coup communique read out on TRT, the anti-coup stance and collective/social memory of the coups.”

movimento político liderado por Erdogan se apresenta como um elemento distinto das elites do “antigo regime” turco. O AKP se sustentava em uma base ideológica de caráter religioso e islamista. Representava a participação política de uma maioria da população turca que por anos acabou marginalizada pelo secularismo de Ataturk.

Tendo desenvolvido a ideologia necessária para obter a maioria dos votos, o governo de Erdogan foi capaz de adotar uma linha de ação condizente com os conceitos de “confiabilidade e responsabilidade” apresentados por Downs em sua obra. Primeiramente, o mandato do partido foi capaz de recolocar a economia turca nos eixos da prosperidade e desenvolvimento. Além disso, sua política de maior abertura religiosa – representada, por exemplo, com a suspensão ao simbólico veto ao uso do véu islâmico – e diálogo com as minorias étnicas estabelecia uma íntima ligação entre o governo e setores da população que outrora se sentiam marginalizados.

Contudo, os inevitáveis embates entre o governo de Erdogan e os setores político-militares alinhados a ideologia kemalista tornaram-se ainda mais intensos após 2014. A tentativa, por parte do AKP, de romper com o modelo político institucionalizado no país – buscando a implantação de um presidencialismo de fato – aumenta o alerta de ameaça por parte das tradicionais elites.

A tentativa de golpe, realizada em 15 de julho de 2016, representa o momento em que a ideologia desenvolvida pelo partido é posta à prova. Após terem obtido sucesso em sua empreitada por algumas horas, a junta militar responsável pela tentativa de golpe acabou deposta, muito em função de um intenso movimento de participação popular. Diferente de outras cinco ocasiões, desta vez os militares acabaram por falhar.

A presente análise se encerra com a constatação de que o ato de participação popular – responsável por “salvar” o regime de Erdogan – foi resultado de um processo de escolha racional por parte da população turca. Confrontadas com um cenário de ampla incerteza – em função da deflagração de um golpe de estado – a população turca acabou por considerar a escolha de apoiar um consideravelmente popular e que havia apresentado responsabilidade em suas ações passadas como a escolha que maximizaria suas funções de utilidade. O governo de Erdogan apresentava os resultados de uma ampla recuperação econômica e integração dos preceitos religiosos, em conjunto com as minorias étnicas. Enquanto a imagem do exército ainda se apresentava como alinhada as velhas elites republicanas que acabaram responsabilizadas pela crise que levou o AKP a ascensão.

**Referências bibliográficas**

- AKTURK, Sener. Turkey's Civil Rights Movement and the Reactionary Coup: segregation, emancipation, and the western reaction. In: ATTAMAN, Muhittin (org.). *July 15 Coup Attempt in Turkey: context, causes and consequences*. 1 ed. Ankara: SETA Publications. 2017. p. 67-102.
- ANTUNES, Rui Jorge da S. *Identificação Partidária e Comportamento Eleitoral: Factores Estruturais, Atitudes e Mudanças no Sentido de Voto*. 508 f. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.
- AYLA, Attila. July 15: The Glorious Resistance of Turkish Democracy. In: ATTAMAN, Muhittin (org.). *July 15 Coup Attempt in Turkey: context, causes and consequences*. 1 ed. Ankara: SETA Publications. 2017. p. 19-66.
- BURAK, Begum. The Role of the Military in Turkish Politics: To Guard Whom and From What? *European Journal of Economic and Political Studies*, v. 4, n. 1, p. 143-169, 2011.
- CHAK, Farhan M. Culture, Social Contestation and Turkey's Failed Coup: the rivalry of social imaginaries. In: ATTAMAN, Muhittin (org.). *July 15 Coup Attempt in Turkey: context, causes and consequences*. 1 ed. Ankara: SETA Publications. 2017. p. 185-
- DOWNS, Anthony. An Economic Theory of Political Action in a Democracy. *The Journal of Political Economy*, v. 65, n. 2, p. 135-150, apr./1957.
- \_\_\_\_\_. Uma Teoria Econômica da Democracia. 1 ed. 1 reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2013.
- FERNANDES, Raquel dos S; CARVALHAIS, Isabel E. Understanding Erdogan Leadership in the “New Turkey”. *Janus.net*, v. 9, n. 1, p. 88-102, may./out., 2016.
- FERRERUELA, Amable S. Erdogan: reflejo invertido de Mustafa Kemal. *Documento de Opinión*, v. 98, p. 1-10, 2017.
- HINDMOOR, Andrew. Reading Downs: New Labour and An Economic Theory of Democracy. *British Journal of Politics and International Relations*. v. 7, n. 3, p. 402-417, aug/2005.
- KOCAMANER, Hikmet. How New is Erdogan's “New Turkey”? *Middle East Brief*, n. 91, p. 1-8, apr./2015.
- MATOS, André P. The role of the military in the Turkish Democracy: Are the Military the Guardians of or a threat to the Turkish Democracy? *IRTS*, v. 3, n. 1, p. 8-27. Spring/2013.
- MIS, Nebi. Measuring Social Perception of the July 15 Coup Attempt. In: ATTAMAN, Muhittin (org.). *July 15 Coup Attempt in Turkey: context, causes and consequences*. 1 ed. Ankara: SETA Publications. 2017. p. 103-146.
- PORCAYO, José F. O. M.; BARAJAS, Ángel M. S.. Downs, Anthony, Teoría Económica de la

- Democracia. *Revista Mexicana de Derecho Electoral*, n. 3, p. 531-539, jan./jun. 2013.
- SCHEEFER, Fernando. Teoria da escolha racional: a evidenciação do homo economicus? *Em Tese*, v. 10, n. 1, p. 28-43, jan./jun., 2013.
- SEUFERT, Gunter. Erdogan's "New Turkey". *SWP Comments*, v. 44. p. 1-7, oct./2014.
- SOCHACZEWSKI, Monique. De Atatürk a Erdogan: A República da Turquia em três tempos. *Malala*, v. 6, n. 9, p. 70-90, jul. 2018.
- STEFFENS, Nikolay. *Entre a Barganha e a Deliberação: Notas acerca dos fundamentos filosóficos das teorias da democracia contemporânea*. 315 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- STRAZZAPON, Carlos L; TRAMONTINA, Robison. As bases metodológicas/epistemológicas da Rational Choice Theory (RCT) e a análise econômica do Direito. *Prisma Jurídico*, v. 14, n. 2, p. 107-138, jul./dez., 2015.
- TELLES, Helcimara de Souza; LOURENÇO, Luiz Cláudio; STORNI, Tiago Prata L. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 1, p. 91-116, jan./jun., 2009.
- VURMAZ, Ugur. *A New Strategy for a New Turkey?* 65 f. 2017. Dissertação – Tallin University of Technology, Tallin, 2017.
- YAZICI, Hanefi. The July 15 Coup Attempt in Turkey and the Hypocrisy of the West. *China-USA Business Review*, v. 15, n. 11, p. 560-563, nov./2016.
- YESILADA, Birol A. The Future of Erdogan and the AKP. *Turkish Studies*, v. 17, n. 1, p. 19-30, 2016.